



A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Julise Cristina de Sousa
Valquiria Alves Mariano
Luana Braga
Reginaldo Pereira França Junior
Cacildo Teixeira de Carvalho Neto
Jaqueline de Melo Barros

RESUMO:

Este estudo tem por objetivo discorrer sobre o trabalho do Assistente Social frente à execução da Política Nacional de Assistência Social e como objeto a efetivação do Projeto Ético-Político da profissão, com o intuito de conhecer os dilemas profissionais do Serviço Social para a consolidação do Projeto Ético Político no processo de trabalho do assistente social na Política de Assistência.

Palavras-Chave: serviço social, política de assistência social, projeto ético-político profissional.

ABSTRATC

This study aims to discuss the work of the Social Worker forward the implementation of the National Policy for Social Assistance and as an object the realization of the Ethical-Political Project of the profession, in order to meet the professional dilemmas of social work for the consolidation of the Project Political ethics in the work process of the social worker in Assistance Policy.

Key Words: Social Policy, Social, Ethical and Political Professional Project

Introdução

Este texto foi elaborado com o propósito de descrever os desafios que perpassam a intervenção do profissional de Serviço Social na busca para concretização de ações no cotidiano dos assistentes sociais direcionados pelo Projeto Ético-político junto à Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A relevância social desse estudo consiste na efetivação engendrada no Projeto Ético-Político que está totalmente voltado para a emancipação humana e social, pois, segundo os Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993, o assistente social deve optar por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.

Assim sendo, buscamos mediar esses princípios aos elementos jurídico-legais e sociais da PNAS. A pesquisa tem por objetivo conhecer os dilemas profissionais do Serviço Social para a consolidação do Projeto Ético Político profissional no processo de trabalho do assistente social na Política de Assistência, tendo como concepção teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético que possibilita compreender com criticidade o contexto em questão.

Nesta direção, este trabalho, tem como prioridade, elencar categorias analíticas, a fim de que possamos fazer reflexões críticas a respeito da Política Nacional de Assistência Social, corroborando, assim, com o Projeto Societário da profissão. Nesta direção, tencionamos a indicação de reflexões no sentido de buscar compreender a PNAS e o Projeto Profissional em suas dimensões distintas, em que pesa a contraditoriedade do grande capital e sua incidência na profissão e na política, pautando-se na direção da consolidação de uma política de assistência realmente universal, de caráter público e que promova, efetivamente, o acesso aos bens e serviços sociais dos quais os trabalhadores, dentre eles, nós, assistentes sociais, somos legatários.

1- Fundamentos éticos-políticos do Serviço Social – O Código de 1993 como uma expressão do projeto

O Serviço Social brasileiro tem sua trajetória permeada pelo movimento que impulsionou o processo de ruptura com o tradicionalismo moral, juntamente com os questionamentos que emergiram e amadureceram dando novos rumos ao país, ou seja, as condições históricas que transformaram e trouxeram novas exigências ao Serviço Social.

O Código de Ética (CE) de 1993 surge pela defasagem e a necessidade de mudanças junto à perspectiva conservadora que o Serviço Social carregava, pois mesmo com o movimento de reconceituação, não houve um rompimento completo, seguindo a partir daí com uma nova roupagem, mais não perdendo o conservadorismo de sua gênese.

“A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social [...]” (CFESS, 1993 apud BARROCO, 2012, p. 53). Apesar do avanço do código de 1986 em relação aos anteriores, em que esse recusava a neutralidade supervisionada a moral, foi preciso criar o código de 1993 como aprimoramento do Código de Ética de 1986, depois de um sério debate da categoria que instituiu como valor central a liberdade, elaborando assim, as bases para a construção de uma nova ordem societária (BARROCO, 2001). Dessa forma, foi utilizada como apoio a nova formulação a teoria social de Marx no âmbito da práxis “que vincula a ação prática e a social com consciência por meio de valores que visem emancipar a realidade social” (BARROCO, 2012).

[...] o Código contribui para o processo contraditório de construção de uma nova moralidade profissional direcionada socialmente para a ruptura com o conservadorismo e para a construção de uma nova cultura profissional democrática que colide com a hegemonia política do capital; uma direção estratégica. (BARROCO, 2001 p. 206)

Diante disso, o novo código de ética (1993) demanda um suporte teórico que afirme uma concepção ética dos valores ético-políticos, para dar sustentação às normas trazidas pelo código, visto que esses padrões éticos não eram prescritos nos códigos anteriores.

A partir de 1993 se define uma nova ética, baseada na realidade social e na sua totalidade. Esse código trabalha contra o moralismo conservador e a moralidade burguesa, representando um novo perfil profissional elaborado democraticamente, não apenas para afirmar um conjunto de normas, mas um novo perfil profissional postulando o enfrentamento de antigas e novas expressões da questão social.

A ruptura com a prática profissional tradicional possibilita ao assistente social assumir o compromisso com projeto social democrático, e o posicionamento político comprometido com a luta da classe trabalhadora. E, esse projeto social, é definido como Projeto Ético-Político que possibilita aos profissionais à construção de novas respostas as demandas da sociedade.

O Serviço Social é representado como uma profissão em que suas atividades profissionais se sobressaem, com maior frequência, na execução, articulação e planejamento das políticas sociais públicas de diferentes segmentos (saúde, habitação, previdência social, educação, assistência social, dentre outras), sendo necessário um posicionamento crítico diante da barbárie que perpassa e constitui as desigualdades sociais. Outro fator relevante é a articulação aos movimentos sociais que estejam ligados aos interesses da classe trabalhadora. Dessa forma, é indispensável o fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional, pois somente com esse direcionamento se caminha rumo à construção de uma nova sociabilidade: socialista.

2 - O projeto ético político profissional e a política de assistência social: uma efetivação possível?

Nesse contexto, é preciso refletir as políticas sociais e os reais propósitos do Estado com a formulação das mesmas, descrevendo qual caráter elas possuem, visto que as políticas públicas deveriam ser uma forma efetiva de acesso aos direitos sociais e o assistente social, o profissional que viabiliza esse acesso de forma qualificada e democrática, sem condicionalidades ou regras institucionais que limite o exercício profissional e, principalmente, ponha em risco a efetivação do projeto profissional.

As políticas sociais no Brasil, assim como o Serviço Social, têm em sua gênese profundas características do conservadorismo, em que realizavam ações tratadas como caridade e assistencialismo, pois não eram voltadas a garantia de direitos, mas como uma forma de conter as reivindicações das massas, principalmente da classe trabalhadora.

A Constituição de 1988 trouxe no âmbito dos direitos a formulação e regulamentação das políticas sociais, por meio da proteção social formada pela Seguridade Social que articula, ou deveria articular, a políticas de saúde, previdência e assistência social. Contudo, o ideário econômico do sistema neoliberal abalou a efetivação dessas políticas, precarizando os serviços oferecidos com políticas focalizadas, fragmentadas, despolitizadas e privatistas.

E, em meio a esse contexto está o assistente social, que trabalha com a efetivação das políticas sociais em favor da universalização dos serviços públicos de qualidade. Por isso possui um projeto ético-político profissional, enquanto projeto societário, que o norteia para o enfrentamento das estratégias do Estado que perpassam o cotidiano profissional.

A política social situa-se numa arena conflituosa, em que a necessidade posta pelos usuários e a disponibilidade de serviços públicos de proteção social, tornam-se limítrofes, fazendo com que a política ainda mantenha traços conservadores no que se refere ao financiamento, gestão e execução das políticas, derivando, assim, um modelo característico do neoliberalismo.

Assim, polarizado entre interesses antagônicos, a política social no contexto da Seguridade Social emerge como alternativa do capital no “enfrentamento da questão social”, a partir da transferência indiscriminada dos recursos do fundo público às instituições do terceiro setor, capitulando os princípios de uma Seguridade Social pública. De acordo com Silva; Carletto (2010), a trajetória histórica da seguridade social nada mais é do que um produto histórico das lutas do trabalho, pois as políticas que compõe o sistema de seguridade social respondem pelo atendimento de necessidades, visto que essas são inspiradas em princípios e valores socializados pelos trabalhadores.

A Seguridade Social foi uma das mais importantes conquistas para a política social brasileira, porém não se concretizou, visto que a previdência está restrita aos cidadãos contribuintes, em que exclui os trabalhadores informais e os que estão fora do mercado de trabalho; a saúde é pública e universal, porém acarretada pela falta de recursos, medicamentos e a grande demora nos atendimentos inclusive os de urgência e emergência; e a assistência social que mesmo sendo oferecida apenas aos que estão condicionados a linha da pobreza e da miséria, não consegue atingir a todos que dela necessitam (BEHRING; BOSCHETTI 2007).

Mas, o desafio a ser enfrentado nesta área é o de romper com a tradição clientelista e assistencialista, vista como prática secundária que está engendradora no processo histórico da assistência social em virtude do ranço conservador trazido pelas inspirações neoliberais. Assim, o maior desafio seria o de (re) afirmar o real propósito dessa política como Política Social Pública em favor da cobertura de necessidades sociais que tem como luta o protagonismo e a emancipação dos sujeitos que usufruem da mesma (YAZBEK, 2004).

Tais questões constituem o cerne dos debates e polêmicas acerca das funções das políticas sociais no capitalismo e sua capacidade efetiva de reduzir desigualdades econômicas e sociais, de construir formas (ainda que limitadas) de socialização e redistribuição da riqueza, e de construir um sistema de direitos capaz de alargar e materializar a cidadania plena e democrática. (BOSCHETTI, 2004, p. 111)

É preciso publicizar o real significado do que é público para o reconhecimento do direito ao atendimento dessas necessidades, visando o alcance da universalidade e dos interesses coletivos. E a estratégia encontrada para camuflar um enfrentamento a essa questão é a elaboração de políticas sociais focalizadas (direcionadas apenas a uma parcela da sociedade em que possuem carências pontuais); despolitizadas (falta de ações do estado para o combate das demandas sociais em prol do acesso universal aos serviços); privatistas (a responsabilidade passa a ser do mercado e da sociedade, sendo utilizada num processo econômico rentável); compensatórias (oferecem somente os mínimos sociais precarizando os serviços) e excludentes (exclui os não contribuintes, pois possui caráter contratualista) que requer profissionais que simplesmente executem essas políticas e não profissionais críticos, com capacidade teórica e compromisso ético-político (MONTAÑO, 2001).

Em consequência se tem a precarização dos serviços públicos ocorrendo à ampliação das desigualdades sociais e o aumento das demandas ao Serviço Social. E, é nessa perspectiva a direção do trabalho profissional do assistente social. Esse deve intervir em defesa das políticas públicas e da democracia, superando o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos em prol de uma nova ordem societária, pois o projeto neoliberal gera a formação de classes que desencadeia a desigualdade social. (BOSCHETTI, 2004)

Nessa perspectiva, um dos principais desafios apresentados ao assistente social é a legitimação da esfera pública em coisa pública, fazendo com que as políticas sociais públicas estejam acessíveis a toda população em consonância com um trabalho coeso, não focado somente na execução da Política Nacional de Assistência Social, mas sim com vistas ao rompimento com a sociedade do capital.

Assim, é de suma importância que a intervenção do assistente social nessa política ultrapasse a execução das atividades previstas nos documentos institucionais para que não haja o risco de direcionar suas atividades com a finalidade de suprir somente à questão da pobreza, realizando práticas com uma visão individualizada das demandas, moralizando a questão social. (CFESS, 2009).

Para Mota “as classes dominantes invocam a política de Assistência como solução para combater a pobreza relativa e nela imprimem o selo do enfrentamento da desigualdade ao tempo que exercitam a sua condição de classe dirigente” (2008, p.141). No entanto, essa é uma das estratégias utilizadas pelo Estado para manter-se no poder, estabelecendo padrões de intervenções profissionais para a execução do SUAS.

Os(as) profissionais devem ter assegurado o seu direito à autonomia no planejamento e exercício de seu trabalho, por isso, esse documento não pretende estabelecer um “manual” de procedimentos e nem um conjunto de “receitas” para orientar o exercício do trabalho, mas objetiva contribuir para fortalecer a intervenção profissional, em consonância com as Competências e atribuições privativas asseguradas na Lei 8662/1993. (CFESS, 2009, p. 3)

Nesse viés, o assistente social tem o incessante compromisso de propor e efetivar ações profissionais que acompanhem a expansão da política de assistência social se comprometendo com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático, utilizando-se de estratégias que fortaleçam sua autonomia e competência profissional, a fim de efetuar intervenções com criticidade, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e as organizações populares de defesa de direitos. (CFESS, 2009)

Nessa perspectiva, um dos maiores desafios do Serviço Social na contemporaneidade é o de compreender, analisar e situar os direitos num ideário de totalidade, sendo capaz de identificar suas várias determinações, como também reconhecer suas contradições no espaço de construção da sociabilidade humana. Esse fato implica na eficácia da consolidação do PEP, uma vez que a luta por direitos media a luta pela construção de uma nova sociabilidade em favor da emancipação humana. (BOSCHETTI, 2004)

Abramides (2006) presume que a autonomia teórica e política de atuação profissional do projeto ético-político vão de encontro às conquistas imediatas por direitos sociais e

trabalhistas nas conquistas históricas, emancipação humana e desenvolvimento social. A autora expõe como exemplo das conquistas subsidiadas pelo projeto, as contribuições para o processo de redemocratização do país, a implementação de políticas públicas universais além das contribuições atuais sobre as diversas expressões da questão social.

Dessa forma, a dimensão política do PEP está articulada a direitos amplos, universais objetivando a devastação das desigualdades sociais e a igualdade das possibilidades e condições, no qual assume seu compromisso social coma a classe trabalhadora e com os princípios do Código de Ética de 1993, já que fica impossível pensar a direção política emancipatória dos projetos (societário e profissional) vinculados ao Serviço Social, sem esse instrumental técnico-operativo de caráter “educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social [...]” (BARROCO, 2012, p. 35).

Sendo assim, a operacionalização desse caráter, se dá também ou se inicia no âmbito da formação profissional que necessita estar dotada de reflexões críticas, conciliada aos novos rumos da profissão (de ruptura ao conservadorismo) e aos direcionamentos do PEP, ou seja, comprometidos com a classe trabalhadora e com o projeto societário.

“O eixo da formação profissional é entendida, portanto, a partir dos elementos que dão sustentação ao serviço social” (ABRAMIDES, 2006, p. 77 apud ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 154) E, essa sustentação é, sem dúvida alguma, a ofertada pelo projeto ético-político, que embasa e norteia a formação e as intervenções do cotidiano profissional, por meio de legislações, instrumentais e instrumentos que o assistente social se pauta para realização do trabalho profissional.

Considerações Finais

A realização desse estudo possibilitou a compreendermos as armadilhas e estratégias postas ao assistente social frente à efetivação das políticas sociais, já que, desde sua emergência, a mesma foi tratada como estratégia encontrada pelo Estado para concentração de lucros, emancipação da economia e como opção para camuflar as desigualdades sociais e conter as reivindicações das massas populares, dando como respostas os mínimos de subsistências como forma de regular e manter sobre domínio a mão de obra utilizada para o desenvolvimento do sistema capitalista.

Não se pode esquecer e nem negar que, a Constituição Federal de 1988 foi uma grande conquista no âmbito democrático aos direitos sociais e as políticas públicas, permitindo a sociedade exercer a cidadania plena em busca da efetivação do sistema democrático com a participação dos cidadãos em prol da garantia de seus direitos, integrando a sociedade na vida política do país e na divisão, de forma igualitária, da riqueza

socialmente produzida. A mesma também veio para universalizar o acesso a bens e serviços e ao direito de ir e vir, tendo o cidadão à liberdade de escolha de acordo com suas capacidades, necessidades e com o que ele possui de valores (culturais, religiosos, étnicos, etc.). Essa liberdade, mesmo que cerceada, veio a fim de negar o domínio e a imposição que estão presentes no processo histórico do sistema capitalista que agia de forma arbitrária, monopolista e conservadora.

Diante disso, o Serviço Social é uma profissão de suma importância, visto que faz parte das transformações da sociedade contemporânea, tendo como perspectiva o rompimento das barreiras impostas à profissão a partir de uma visão generalista que perceba a real conjuntura das relações do Estado com a sociedade.

Nesse viés, é indispensável à atuação do assistente social que trabalhe na direção das políticas sociais universais e na efetivação dos direitos sociais, se opondo as políticas focalizadas e fragmentadas de combate à pobreza e a miséria, oferecendo apenas os mínimos sociais à maioria da população, já que a riqueza está posta nas mãos de poucos. Por isso, os profissionais de hoje tem em sua formação uma visão que reconhece o sujeito em sua totalidade.

Assim, compreender e reconhecer a questão social como objeto de intervenção do assistente social, é o primeiro passo para desenvolver ações no âmbito da totalidade, pois, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a intervenção profissional deve seguir uma perspectiva crítica da realidade para, assim, identificar as condições materiais de vida que perpassam os determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais, possibilitando ao assistente social criar respostas coesas tanto ao Estado como a sociedade civil, trabalhando na elaboração de estratégias para o enfrentamento das várias formas de repressão do Estado tanto em seu exercício profissional como sobre a sociedade (CFESS, 2009), principalmente a classe trabalhadora, já que é com ela sua luta de classes.

Diante desse contexto, nota-se que o Projeto Ético-Político possibilita aos profissionais à construção de novas respostas para a intervenção profissional. O assistente social irá intervir de modo que possa desmistificar o cotidiano e suas relações retificadas pela sociedade capitalista. Contudo, a busca por uma atuação na perspectiva da ampliação dos direitos e comprometidos com os princípios éticos do projeto profissional, requer não perder de vista à luta por outra sociabilidade que não carregue em seu bojo a discrepância entre as classes.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo. Cortez, 2001.

_____; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.79, Ano XXV, p.108-132, esp.2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília - DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2005.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome (MDS). Conselho nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005**. Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS. Brasília, 2005.

CFESS. **Código de Ética profissional do assistente social de 1986**. Resolução CFAS nº 195/86.

CFESS. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de assistência social**. Brasília, DF, 2009.

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CEFESS n. 273 de 13 de março de 1993**. Brasília, DF, 1993.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOTA, Ana E. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado Política e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. S. Paulo: Cortez, 1991

_____. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

SILVA, Ruteléia Candida de Souza; CARLETTO, Adriana Estela Custódio. **A Seguridade Social e as políticas sociais setoriais**. In. Universidade de Uberaba. Seguridade Social – Editora: Uberaba, 2010.